



CONAQ repudia retrocesso ambiental e climático com licença para a Petrobras na Foz do Amazonas

A CONAQ manifesta seu profundo e veemente repúdio à recente autorização concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à Petrobrás para pesquisa de petróleo no bloco FZA-M-059, na região da Foz do Amazonas, uma área de altíssima sensibilidade ambiental e sociocultural. Esta concessão, ocorrida às vésperas da COP30, representa um grave retrocesso nas políticas de clima e de justiça ambiental no Brasil.

Ao autorizar a exploração de combustíveis fósseis num momento em que o mundo clama por redução de emissões, o país mina sua credibilidade na arena climática, especialmente com a Conferência de Partes se aproximando.

A região da Foz do Amazonas reúne ecossistemas únicos, inclusive ligados a modos de vida tradicionais e populações vulneráveis, a exploração de petróleo nela coloca em risco biodiversidade, pesca artesanal, direitos territoriais e a própria segurança dos povos que vivem na costa norte do país.

A decisão ignora o papel central das comunidades quilombolas como protagonistas e guardiões na conservação ambiental: territórios quilombolas titulados historicamente demonstram menor desmatamento, maior retenção de carbono e, portanto, são essenciais para o cumprimento das metas climáticas nacionais.

Reafirmamos: não há justiça climática sem quilombo titulado. Enquanto milhares de processos de titulação ainda se arrastam, autorizar uma atividade que agrava a crise ambiental e afeta diretamente comunidades vulneráveis significa perpetuar injustiças históricas, raciais, territoriais e ambientais.

Diante disso é preciso que:

1. As atividades de exploração não se comecem até que se garanta consultas livres, prévias e informadas (CLPI) às comunidades quilombolas e demais povos tradicionais afetados, e até que sejam revisados os impactos climáticos, ambientais e sociais sob o prisma da justiça racial.
2. O Governo Federal, em sua agenda para a COP30 e além, coloque como prioridade urgente a titulação integral e célere dos territórios quilombolas reconhecidos, reconhecendo que essa titulação é um pilar da política climática.
3. Os mecanismos de financiamento climático (nacionais e internacionais) e as políticas de transição energética incluam diretamente os quilombolas, garantindo participação nas



decisões, autonomia territorial e reconhecimento como guardiões de ecossistemas e estoques de carbono.

4. O governo brasileiro compromete-se, inclusive em âmbito internacional, com uma agenda de justiça climática que seja racialmente consciente, assegurando que os quilombolas e afrodescendentes sejam tratados como sujeitos centrais no enfrentamento da crise climática.

Enfatizamos que esta autorização representa uma contradição flagrante entre o discurso climático do país e suas ações concretas. Sem territórios quilombolas titulados, sem a garantia de seus direitos, a política climática brasileira carece de legitimidade e eficácia.

Reafirmamos nosso compromisso com a proteção dos quilombos enquanto pontos estratégicos de justiça ambiental e climática. A exploração de petróleo na Foz do Amazonas, agora, é mais que um erro de política, é um retrocesso que coloca em risco biomas, modos de vida e o próprio futuro das gerações que virão.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Brasília, 20 de outubro de 2025